



O PROJETO ESTRATÉGICO DE AÇÃO (PEA) – UMA POLÍTICA PÚBLICA INOVADORA PARA O ENSINO FUNDAMENTAL NA CIDADE DE SANTOS

Isabela Maria Fontes de Andrade Freitas¹

Luciana Reis Hidalgo²

Simone Rezende da Silva³

Abigail Malavasi⁴

DOI: 10.5281/zenodo.14986084

RESUMO

A defasagem escolar é um problema antigo e muito vivenciado pelos educandos na Educação Básica. Porém no período pós pandêmico, ele foi agravado e evidenciado, tornando as práticas e condutas para sua superação ainda mais urgentes. Tendo em vista que a educação funciona como uma Política Pública social e de responsabilidade do Estado, ela é capaz de mudar a realidade de crianças e adolescentes promovendo equidade social. Pensando nisso, muitas políticas públicas estão sendo articuladas nos municípios para resolução deste problema. O que trazemos à luz e apresentamos nesse presente trabalho é uma Política Pública instituída pelo município de Santos - SP. O Projeto Estratégico de Ação (PEA) visa minimizar essa defasagem escolar, aliando, por meio da bidocência, o trabalho de um professor adjunto aos professores regentes, utilizando – se de novas tecnologias de aprendizagem, organização do currículo e muito esforço conjunto para recompor a aprendizagem das crianças nos anos iniciais do Ensino Fundamental

Palavras-chave: Pandemia. Justiça Curricular. Recomposição. Estado. Políticas Públicas.

¹ Aluna do Mestrado Profissional – Práticas Docentes no Ensino Fundamental da Universidade Metropolitana de Santos – UNIMES

² Aluna do Mestrado Profissional – Práticas Docentes no Ensino Fundamental da Universidade Metropolitana de Santos – UNIMES.

³ Professora Doutora do Curso de Geografia e Mestrado Profissional – Práticas Docentes no Ensino Fundamental da Universidade Metropolitana de Santos – UNIMES

⁴ Professora Doutora do Curso de Psicologia e Mestrado Profissional – Práticas Docentes no Ensino Fundamental da Universidade Metropolitana de Santos – UNIMES



THE STRATEGIC ACTION PROJECT (PEA) – AN INNOVATIVE PUBLIC POLICY FOR ELEMENTARY EDUCATION IN THE CITY OF SANTOS

ABSTRACT

School lag is an old problem that is widely experienced by students in Basic Education. However, in the post-pandemic period, it was aggravated and highlighted, making practices and behaviors to overcome it even more urgent. Considering that education functions as a social Public Policy and is the responsibility of the State, it is capable of changing the reality of children and adolescents by promoting social equity. With this in mind, many public policies are being articulated in municipalities to resolve this problem. What we bring to light and present in this present work is a Public Policy established by the municipality of Santos - SP. The Strategic Action Project (PEA) aims to minimize this school gap, combining, through bi-teaching, the work of an assistant teacher with the regular teachers, using new learning technologies, organization of the curriculum and a lot of joint effort to recompose the children's learning in the early years of elementary school

Keywords: *pandemic. curriculum justice. Recomposition. State. public policy.*

EL PROYECTO DE ACCIÓN ESTRATÉGICA (PEA) – UNA POLÍTICA PÚBLICA INNOVADORA PARA LA EDUCACIÓN PRIMARIA EN LA CIUDAD DE SANTOS

RESUMEN

El rezago escolar es un viejo problema que viven ampliamente los estudiantes de Educación Básica. Sin embargo, en el período pospandemia se agravó y destacó, haciendo aún más urgentes las prácticas y comportamientos para superarla. Considerando que la educación funciona como una Política Pública social y es responsabilidad del Estado, es capaz de cambiar la realidad de los niños y adolescentes promoviendo la equidad social. Teniendo esto en cuenta, en los municipios se están articulando muchas políticas públicas para resolver este problema. Lo que sacamos a la luz y presentamos en el presente trabajo es una Política Pública establecida por el municipio de Santos - SP. El Proyecto de Acción Estratégica (PEA) pretende minimizar esta brecha escolar, combinando, a través de la biteducación, el trabajo de un profesor asistente con los profesores titulares, el uso de



nuevas tecnologías de aprendizaje, organización del currículo y mucho esfuerzo conjunto para recomponer la El aprendizaje de los niños en los primeros años de la escuela primaria.

Palabras clave: *pandemia. justicia curricular. Recomposición. Estado. políticas públicas.*

1. INTRODUÇÃO

1.1. A defasagem escolar pós pandemia

A Educação Brasileira, no decorrer de décadas, tem enfrentado um desafio que se torna um gigante a ser derrotado pelas mãos dos educadores que só se intensificou após o período pandêmico da Covid- 19: a defasagem escolar. Segundo a BNCC, esse conceito pode ser definido como a distância entre o que um estudante sabe e o que ele deveria saber em seu atual ano letivo. Segundo Cruz, 2008:

A aprendizagem pode ser entendida como um processo de mudança de comportamento através da experiência, o resultado da interação entre estruturas mentais e o meio ambiente. É também o resultado direto de como o sujeito interpreta e responde ao que aprendeu, por meio de sua própria reflexão e experimentação (CRUZ, 2008, p.105).

Nesse período, as aulas foram substituídas, com autorização do Ministério da Educação (MEC), por aulas remotas. Desde que esse sistema foi implantado, a defasagem escolar brasileira aumentou consideravelmente. O processo de aprendizagem foi altamente prejudicado pois muitos estudantes não tinham acesso à tecnologia dificultando os estudos e acompanhamento das aulas. Contudo, não apenas a precariedade no acesso à tecnologia deve ser considerada, pois mesmo entre aqueles que tinham acesso a computadores, redes de internet etc., outros problemas se evidenciaram, como a falta de convívio social entre pares, o ambiente doméstico insalubre ou mesmo a falta de alimentação.

De acordo com boletim publicado pela Secretaria de Política Econômica (SPE) em 17/03/2021, o efeito do déficit educacional causa consequências na produtividade e pode, inclusive, acentuar a desigualdade social. Esse documento prevê que as consequências da pandemia podem ter



consequência por até 15 anos, que seria o período necessário para grande parte dos estudantes de hoje possam estar inseridos no mercado de trabalho.

Frente à tantos desafios, é humanamente impossível que professores consigam minimizar ou erradicar a defasagem de maneira isolada, é preciso o envolvimento do Estado por meio de análise prévia e posteriormente a implementação de Políticas Públicas para minimizar essa problemática. Segundo Gobert e Muller (1987), Políticas Públicas podem ser entendidas como o “Estado em ação”, conceito esse que pode ser exemplificado como o Estado intervindo no problema e implantando um projeto de governo, através de programas, de ações voltadas para setores específicos da sociedade para erradicar essa defasagem escolar.

O artigo 11, inciso V da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) é claro ao direcionar o papel do poder local na educação. Ele relata que cabe ao município a organização e a gestão dos anos iniciais de escolarização, sendo de sua responsabilidade “oferecer a educação infantil em creches e pré-escolas, e, com prioridade o ensino fundamental”.

Nesta abordagem, buscando minimizar a questão da defasagem escolar nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental e correspondendo a responsabilidade concebida através do poder local, o Município de Santos- SP criou o Projeto Estratégico de Ação.

De acordo com a Portaria nº 97 de 2022, a Secretária Municipal de Educação de Santos criou O Projeto Estratégico de Ação (PEA), uma Política Pública que, dentre outras finalidades visa: o compromisso com a qualidade de ensino e a equidade no processo educacional; a aprendizagem dos alunos em ritmos e tempos singulares; a análise dos resultados da sondagem de hipótese de escrita compilados no Sistema Integrado de Gestão Escolar (SIGES); e a necessidade de recompor, em tempo real, o processo de aprendizagem dos alunos com dificuldades na alfabetização matriculados no 1º ao 5º ano do Ensino Fundamental, considerando o disposto na Base Nacional Comum Curricular (BNCC).

2. DESENVOLVIMENTO

2.1. A implementação do Projeto Estratégico de Ação – (PEA) quanto Política Pública no Município de Santos



Entre os anos de 2015 e 2020 o PEA foi uma política pública voltada ao reforço escolar, de uma maneira geral e sem um foco pré-estabelecido. Os alunos que não atingissem um bom desempenho durante as aulas e nas avaliações das disciplinas de Português e Matemática eram encaminhados ao Projeto e deveriam frequentar aulas de reforço escolar no contraturno. Ou seja, alunos que frequentavam as aulas regulares no período matutino tinham os seus encontros do PEA, preferencialmente, no período pós-aula e os educandos do período vespertino frequentavam as suas aulas do PEA, preferencialmente, no período pré-aula. Durante esses anos, os professores atuantes no PEA poderiam ter turmas mistas com alunos de diferentes salas, uma vez que a organização das turmas de reforço era realizada pela equipe diretiva da escola em conjunto com as professoras regentes das turmas de 1º ao 5º ano.

Entretanto, é imprescindível que qualquer Política ou Programa Público passe, de tempos em tempos, por um processo de Avaliação, que segundo Barry (1975) consiste em atribuir valor às políticas, às suas consequências, ao aparato institucional em que elas se dão e aos próprios atos que pretendem modificar o conteúdo dessas políticas. Então, no final deste ciclo (2015 a 2020), após a realização da Avaliação do Programa, chegou-se à conclusão que seu formato deveria ser modificado e, os professores atuantes no Projeto, participariam de aulas regulares com as crianças. A remuneração e as formações continuadas do projeto também foram alteradas visando o contato com novas metodologias de ensino tanto na área de Português quanto na de Matemática e compartilhavam experiências vivenciadas em suas salas de aula. Neste ano em específico, em virtude à pandemia, as formações aconteceram de forma assíncrona em uma plataforma de ensino (Moodle).

Desta forma, no final de 2021, o PEA passou por nova Avaliação, desta vez com a ênfase em uma análise crítica do programa voltadas às suas metas previamente definidas. Conforme Lima Júnior (1978) salienta, a análise crítica tem o objetivo de detectar, principalmente, em que medida as metas estão sendo alcançadas, a que custo, quais os processos ou efeitos colaterais que estão sendo ativados (previstos ou não previstos, desejáveis ou não desejáveis) indicando novos cursos de ação mais eficazes.

Após essa ação de investigação, chegou-se à conclusão de que muitos alunos não frequentavam as aulas que aconteciam no contraturno sem um motivo claro e, muitas vezes, os próprios familiares não incentivavam essa participação. Assim, nos anos de 2022 e 2023 o projeto mudou o seu formato. Ainda voltado para a recomposição da aprendizagem de Português e Matemática, o PEA não está mais voltado ao reforço escolar no contraturno e sim na bidocência, ou



seja, atuação de dois professores que compartilham a docência numa mesma sala de aula, trabalhando juntos de forma colaborativa, dentro da sala de aula dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental.

Desta forma, os alunos não são previamente selecionados para então ter acesso a esse professor PEA, mas, todos os alunos da turma têm acesso a esse educador que carrega com ele uma bagagem de metodologias novas e inovadoras, adquiridas através da formação continuada oferecida pelo programa. Desta forma, o professor PEA, trabalha como multiplicador e, em parceria continua com o professor regente, busca uma educação para todos (inclusiva) uma vez que, independentemente da capacidade intelectual, um aluno não aprende necessariamente em um mesmo tempo e da mesma forma que outro.

De acordo com Beyer (2005), toda a classe que se propõe inclusiva deve dispor do suporte de um segundo professor, com formação especializada; com isto, além de tornar possível o atendimento a todos os alunos, o professor também tem a possibilidade de compartilhar com outro colega as experiências do cotidiano escolar.

No caso do município de Santos essa formação, focada na bidocência especialmente para a recomposição da aprendizagem dos alunos do Ensino Fundamental, continua prevista na carga horária de trabalho do professor PEA nas formações continuadas quinzenais que, a partir de 2022, passaram a ser síncronas devido à ausência não justificada de grande parte dos profissionais atuantes no projeto.

2.2. O método ABN como facilitador de aprendizagem

O processo de ensino-aprendizagem, historicamente, foi desenvolvido de uma maneira fechada, engessada e mecânica em nosso país. Durante muitos anos acreditou-se que para se transmitir conhecimento era necessário trabalhar a memorização e a repetição para que, então, esse estudante atingisse um bom desempenho em sua avaliação. Entretanto, com o passar do tempo, o conceito de educar foi se modificando e ganhando novos sentidos e ações, podendo hoje, destinar seu foco para as competências cognitivas, pessoais e sociais, que o aluno adquirirá ao longo da vida, utilizando processos colaborativos, personalizados e ativos.

Assim como o mundo de hoje não é o mesmo do que o de uma década atrás, os estudantes não são os mesmos. Com as novas tecnologias, a informação e o conhecimento podem estar muito mais próximos e acessíveis, fazendo com que os educandos se tornem muito mais questionadores e não



sintam interesse em uma aprendizagem mecânica e repetitiva. Além disso, é necessário que o educador considere que os alunos não aprendem da mesma maneira ou com o mesmo ritmo e tempo.

Segundo Campos (1996), o interesse por algo começa com o prazer de fazê-lo.

O princípio capital de motivação para Freud é a busca do prazer, a satisfação da libido [...] Na Teoria psicanalítica, estabelecemos que o curso dos processos mentais é automaticamente regulado pelos princípios do prazer; isto quer dizer que qualquer processo se origina de um estado de tensão que desagradava, e que, essa mesma razão, determina formas de resolução—que, em suas últimas consequências, coincidem com uma anulação da tensão, isto é, com a fuga da dor, ou da produção do prazer. (Campos, 1996, p. 92-93).

Segundo a discussão acima, se alguma atividade não é prazerosa ao indivíduo executor, ele não se sente bem fisicamente ou mentalmente e, provavelmente, sua natureza instintivamente vá rejeitar esta atividade. Nesse sentido, a dificuldade escolar, entre outros motivos, justifica-se pela falta de interesse dos estudantes e também pode estar relacionado com a motivação para a aprendizagem dentro da escola e sala de aula.

Na atualidade muitos professores continuam a aplicar metodologias mecânicas que tornam a aprendizagem maçante, cansativa e em muitos casos ineficiente. O simples cumprimento do currículo e a transmissão de conteúdos sem engajamento dos estudantes é um problema que se relaciona com a desmotivação com a carreira docente e por vezes com falta de formações e atualizações.

A desmotivação de docentes e discentes, portanto, têm faces convergentes que estão inseridas em problemas estruturais da educação brasileira e do papel que esta ocupa no planejamento e projeto de país. Contudo, no presente momento o foco centra-se nas questões que levam ao desestímulo discente e no papel de metodologias inovadoras na reversão desse quadro.

Segundo KELLER- FRANCO & MASSETTO (2012),

Há indicadores que nos permitem argumentar a favor do currículo por projetos como uma matriz de mudança em potencial para aqueles segmentos da educação que entendem ser necessário recuperar a totalidade do conhecimento e romper com o conservadorismo das práticas pedagógicas repetitivas e acríticas.

O conceito de metodologias ativas foi criado para romper com esse conservadorismo das práticas pedagógicas. Ele traz estratégias de ensino que têm por objetivo incentivar os estudantes a aprenderem de forma autônoma e participativa, por meio de vivências reais, traduzidas em atividades



e tarefas que os estimulem a pensar além, a terem iniciativa, a debaterem, tornando-se responsáveis pela construção de conhecimento.

De acordo com esse conceito de metodologias ativas, com o objetivo de tornar a aprendizagem mais prazerosa e conseqüentemente, reduzir a defasagem na aprendizagem, a Prefeitura Municipal de Santos, dentro do programa de formação de professores previsto no Projeto Estratégico de Ação (PEA), apresentou aos seus professores o Método ABN (Aberto Baseado em Números).

Ao examinar pesquisas e informações coletadas em escolas brasileiras e em instituições educacionais ao redor do mundo, é possível chegar a um consenso de que a disciplina que desperta menos interesse entre os alunos e que apresenta a maior taxa de reprovação é a Matemática. Esse cenário foi explicado ao longo de décadas pela falta de engajamento e por uma suposta falta de "vocaçã" por parte dos próprios alunos, que frequentemente foram responsabilizados por esse índice. No entanto, de acordo com Campos (1996), o interesse por algo começa com o prazer de se envolver nessa atividade:

Freud, em sua Teoria da Evolução da Personalidade afirma que assim como existe uma energia física que governa os fenômenos naturais também existe uma energia psíquica de natureza libidinosa que influi diretamente sobre o comportamento humano. Um conceito fundamental da teoria freudiana é a noçã de pulsões ou de instintos básicos. Em deles representa o impulso para vida criativa e a preservação do organismo enquanto indivíduo e espécie, a este instinto se dá o nome de "Eros" que possui natureza sexual. Lembrando que para Freud a sexualidade se relaciona com o bem-estar do organismo, ou seja, tudo que preserve sua integridade e proporcione funcionalidade (Campos, 1996).

Essa teoria freudiana considera que se uma atividade não proporciona prazer ao indivíduo que a realiza, ele pode não se sentir bem física ou mentalmente e é provável que sua natureza instintiva rejeite tal atividade. Com base nisso, podemos constatar que a falta de prazer no estudo da matemática decorre da escassez de aplicação e contextualização dos conteúdos estudados na vida cotidiana do aluno. No método tradicional Fechado Baseado em Números (CFC), adotado pela maioria dos professores brasileiros, não há uma aplicação usual no dia a dia nas regras de execução, uma vez que o formato dessas operações básicas foi desenvolvido séculos atrás para resolver situações de transações comerciais, administrativas e de negócios voltadas para adultos. Portanto, não houve consideração pela psicologia da criança no processo de aprendizagem.



Por conseguinte, fica evidente que o caminho para melhorar a aceitação e a qualidade da aprendizagem da matemática reside na maneira como o conteúdo da disciplina é apresentado aos alunos, ou seja, na metodologia de ensino. De acordo com Cano e Morín (2016, p. 5), é necessário tornar a aprendizagem uma experiência mais vivencial e permitir que os alunos assumam a liderança em sua própria aprendizagem. Cano e Morín destacam:

Existem várias razões pelas quais a matemática é difícil de aprender, devido ao seu nível de abstração, ao seu alto nível de especificidade e à necessidade de aprender sob a orientação de um professor. Esta ideia não pode ser totalmente culpabilizada, mas, como apontamos anteriormente, temos de mudar a forma como esta disciplina é ensinada, abordando-a de uma forma totalmente diferente” (Cano e Morín, 2016, p. 5).

Fiorentini e Miorion também apontam:

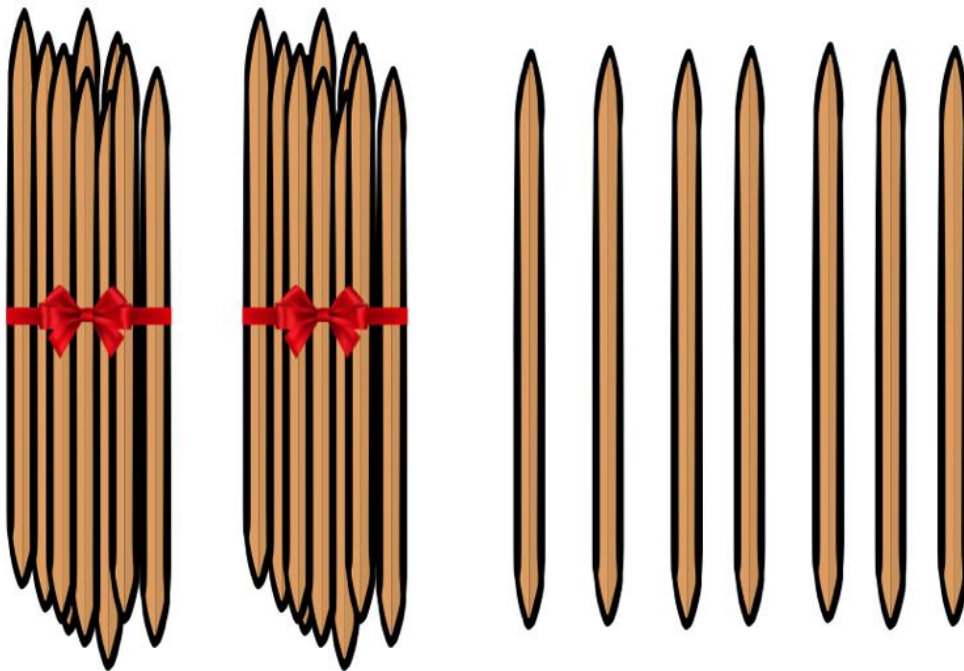
Ao aluno deve ser dado o direito de aprender. Não um “aprender” mecânico, repetitivo, de fazer sem saber o que se faz. Muito menos de um “aprender” que se esvazie em brincadeiras. Mas um aprender significativo do qual o aluno participe raciocinando, compreendendo, reelaborando o saber historicamente produzido e superando, assim, sua visão ingênua, fragmentada e parcial da realidade (Fiorentini e Miorion, 1990).

Foi nessa abordagem que o método ABN surgiu como uma metodologia revolucionária e inovadora que busca eliminar a aprendizagem mecânica. Criado pelo espanhol Jaime Martinez Montero, o Método Aberto Baseado em Números (ABN) foi apresentado no VIII Congresso Ibero-Americano de Educação Matemática (CIBEM) em Madrid, no ano de 2017. Essa metodologia pioneira foi concebida como uma alternativa ao algoritmo tradicional fechado baseado em números (CBC) e se destaca pela sua transparência, flexibilidade e contextualização nas operações matemáticas. O foco do ABN é proporcionar aos alunos autonomia, motivação e liberdade para aprimorar suas habilidades na resolução de problemas cotidianos, introduzindo a ideia da diversidade de abordagens para alcançar uma única solução.



2.2.1. Aplicação do Método ABN na Sala de Aula

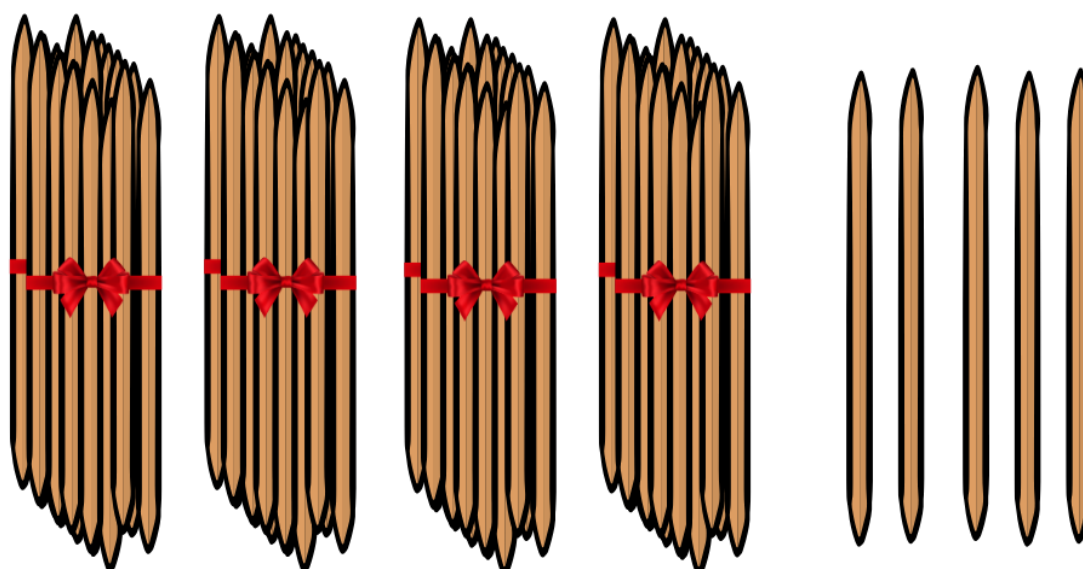
O método pode ser aplicado desde a Educação Infantil para ensinar a contagem utilizando palitos. Conforme a idade e o progresso da turma, os palitos também podem ser utilizados para representar números de forma concreta e visual. Na imagem a seguir, temos a representação do número 27:



Fonte: Produção própria.



As duas dezenas são representadas por 10 palitos amarrados com um elástico cada, e as unidades por palitos soltos. Dessa maneira, os alunos participam da construção do material concreto, o que, de acordo com Fiorentini e Miorim (1990), oferece ao aluno a oportunidade de aprender matemática de maneira mais eficaz. Se representássemos o número 45, a imagem ficaria da seguinte forma:



Fonte: Produção própria.

Quatro grupos com 10 palitos amarrados e 5 palitos soltos.

Adição:

No método tradicional, a adição ou soma é abordada de maneira mecânica e rígida. Para obter o resultado, o aluno deve primeiro realizar a decomposição do número em unidades, dezenas e centenas, e, em seguida, agrupá-los e somá-los da direita para a esquerda, levando em consideração os valores que são transportados, ou seja, as unidades que se tornam dezenas, dezenas que se tornam centenas e assim por diante. Daí surgiu a expressão comumente usada nas aulas de matemática: "sobe um". No entanto, é claro que muitos estudantes se perdem nesse processo único e altamente abstrato, o que os impede de chegar ao resultado correto.



O objetivo do método ABN é que a criança se sinta motivada e adote uma abordagem criativa, positiva e inovadora para resolver problemas, uma vez que existem várias abordagens para chegar ao mesmo resultado.

Para ajudar o aprendiz, é importante trabalhar e ensinar o conceito de números complementares, ou seja, aqueles que somam para formar uma dezena, como é o caso dos números 2 e 8; ou dos números 4 e 6, e assim por diante. Esse conceito pode ser introduzido desde a Educação Infantil, quando os alunos trabalham com a contagem usando palitos.

A seguir, demonstraremos algumas resoluções possíveis para um problema de adição utilizando o método ABN: Roberta comprou 86 figurinhas e ganhou 25 do seu primo. Com quantas figurinhas Roberta ficou?

86+25		
Soma	Sobra	Resultado
20	5	106
5	0	111

Nessa primeira representação, o aluno inicialmente somou duas dezenas ao número 86, chegando a um resultado parcial de 106, e posteriormente somou o número 5, atingindo o resultado de 111, utilizando um total de 2 etapas.

86+25		
Soma	Sobra	Resultado
10	15	96
10	5	106
5	0	111



Já o aluno na segunda representação utilizou 3 etapas para alcançar o mesmo resultado. Primeiro, ele somou uma dezena ao número 86, alcançando o resultado parcial de 96. Em seguida, adicionou mais uma dezena (106) e finalmente somou o número 5 para chegar ao resultado de 111.

86+25		
Soma	Sobra	Resultado
5	20	91
10	10	101
10	0	111

Na terceira representação, o aluno somou o número 5 na primeira etapa e depois somou as duas dezenas restantes em outras duas etapas, alcançando o mesmo resultado de 111. Nota-se que o raciocínio do aluno e sua capacidade de cálculo mental ditam a quantidade de etapas necessárias para resolver o problema. No entanto, todos os caminhos e etapas são válidos e devem ser valorizados, pois, como afirma Gómez (1994), ajudarão o professor a identificar as dificuldades do aluno.

Subtração:

O conceito de subtração envolve a retirada de uma quantidade de um total, e sua interpretação é mais desafiadora para a criança, pois existem três situações possíveis. No entanto, todas podem ser resolvidas da mesma forma. Vamos transcrever algumas situações-problema para apresentar possíveis soluções de alunos.

- Em uma fábrica de brinquedos no ABC, foram confeccionadas 447 bolas, das quais 346 foram vendidas. Quantas bolas sobraram?



447-346		
Retiro	Falta retirar	Permanece
100	246	347
200	46	147
46	0	101

Na primeira representação de resolução, o aluno precisou de três etapas para resolver o problema. Na primeira etapa, subtraíu 100 do total de 437, depois subtraíu 200, e na terceira etapa, subtraíu mais 46, chegando ao resultado de 101.

Na segunda representação, foram necessárias apenas 2 etapas, pois o aluno subtraíu 300 do total de 447 na primeira etapa e depois subtraíu 46 na segunda etapa, chegando ao mesmo resultado de 101. Perceba que dessa maneira o aluno possui várias abordagens para chegar ao mesmo resultado.

- b. Quando a missa começou, havia 40 pessoas na igreja, e quando acabou, havia 65. Quantas pessoas chegaram atrasadas?

Essa situação-problema pode ser chamada de "Escala Ascendente" e também será resolvida por subtração. No entanto, para isso, é necessário que o aluno interprete que, para chegar ao resultado, é preciso subtrair 40 de um total de 65. Dessa maneira, podemos chegar às seguintes representações:



65-40		
Retiro	Falta retirar	Permanece
20	20	45
20	0	25

65-40		
Retiro	Falta retirar	Permanece
30	10	35
10	0	25

As duas representações foram realizadas em 2 etapas, mas, na primeira, o aluno subtraiu 2 dezenas na etapa 1, e na segunda, o aluno subtraiu 3 dezenas na mesma etapa. Ambos os possíveis alunos chegaram ao mesmo resultado.

Em uma caixa havia 38 pães, e após o lanche, restaram 15. Quantos pães foram consumidos?

Essa situação é o inverso da anterior e é chamada de "Escala Descendente". Ela pode ser resolvida da seguinte maneira:

38-15		
Retiro	Falta retirar	Permanece
10	5	28
5	0	23

Em suma, o Método ABN tem se mostrado uma alternativa eficaz para engajar os alunos no aprendizado da matemática, fornecendo-lhes uma base sólida de compreensão e habilidades que podem ser aplicadas em diversas situações da vida cotidiana.



2.3. O Projeto Estratégico de Ação (PEA) como agente de equiparação social

O Direito à Educação é assegurado em diversos dispositivos legais. Constituição traz em seu bojo a Educação como um direito social em seu artigo 6º. Nesse sentido, o PEA se apresenta como uma política pública compensatória que propicia, para além de uma educação sistematizada àqueles com o rendimento abaixo do esperado, proporciona justiça social para esta classe que por diversas razões se encontram à margem do processo educativo.

É fato sabido que as minorias sociais foram as mais afetadas com a COVID-19 e que o abismo existente entre as classes sociais no Brasil são fatores determinantes para entender o processo educacional brasileiro. A situação inspira cuidados, uma reforma que preconize a tão sonhada justiça curricular, uma educação libertadora, que sirva para expandir o universo simbólico do indivíduo para que este atue criticamente na sociedade em que está inserido.

Nesse sentido, Ponce pondera:

A justiça curricular não prevê apenas o acesso à escola e às salas de aulas. O educando pode ser excluído dos seus direitos e ser injustiçado em relação ao conhecimento emancipatório, a um futuro trabalho dignamente remunerado, a alimentação adequada, etc., mesmo ocupando bancos escolares. A justiça curricular prevê a permanência exitosa do educando na escola e na vida e toma por currículo todo o processo de ensino-aprendizagem-convivência-cuidado na construção do conhecimento significativo para a vida, que vai sendo subjetivamente apropriado pelo educando ao longo do processo e vai permitindo a ele compreender o mundo e a si mesmo de modo crítico e reflexivo. (Ponce; Neri, 2017, p. 1223).

É tarefa árdua mitigar os efeitos da injustiça social e de como ela se manifesta na escola. Há muito o que se pensar e repensar, avaliar e reavaliar.

3. CONCLUSÃO

Nos últimos anos muito se tem debatido acerca da Educação. Simpósios, congressos, conferências... E a resposta sobre “Como melhorar a Educação?” ainda é desconhecida. Há, sim, contribuições e aportes de quem pensa e vive a Educação, mas a fórmula perfeita para atingir todos



os estudantes, impactar positivamente, ampliar a teia de conhecimento simbólico de forma significativa ainda permanece em aberto.

Isso se deve ao fato de que a educação faz parte de um todo orgânico, um grupo de indivíduos que frequentam um mesmo espaço com uma rotina sistematizada que esperam sair dali melhores do que entraram. Dar conta de todas estas diferenças e incluí-las em sala de aula é função de um árduo esforço conjunto entre instituição de ensino, funcionários e sociedade de modo geral.

E nesse sentido, quaisquer programas ou projetos que venham para facilitar a busca pelo conhecimento emancipatório deve-se lançar mão e esperar resultados com uma pitada de otimismo.

Este conhecimento emancipatório é um dos produtos do Projeto PEA.

O projeto deverá articular-se ao Projeto Político-Pedagógico (PPP) das UMEs, propiciando a recomposição do processo de aprendizagem por meio da retomada de conhecimentos, do levantamento de dúvidas, da aplicação de situações-problema, da socialização, da revisão de atividades e da devolutiva dos resultados. (PORTARIA Nº 97 /2022- SEDUC)

Ao final do trimestre letivo, é possível observar que algumas lacunas que antes haviam sido negligenciadas em momentos anteriores já haviam sido preenchidas e que este objeto do conhecimento se fazia necessário na apreensão do conhecimento posterior. É nítida a capacidade de organização cognitiva dos discentes quando expostos ao regime de bi docência e o quanto essa referência dupla contribuiu para a construção do conhecimento por parte destes.

O progresso passa por isso. A oferta de políticas públicas educacionais como o Projeto Estratégico de Ação contribui para o avanço qualitativo da educação brasileira e do estudante que nela está inserido.

Faz-se necessário que, no nosso caso de estudo, o Município de Santos, assim como outras cidades da Baixada Santista, articule-se e institua, ano após ano, políticas públicas que visem minimizar as dificuldades encontradas pelas crianças em seu ambiente escolar.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, Jonathan; QUEIROZ, Alexandra Sudário Galvão. **Inclusão em educação: múltiplos olhares e a construção de interações**. RevistAleph, n. 34, 2020.

ARRETCHE, Marta TS. Tendências no estudo sobre avaliação de políticas públicas. **Terceiro Milênio: Revista Crítica de Sociologia e Política**, v. 1, n. 1, p. 126-133, 2013.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, 2018.



BRASIL. Ministério da Educação. **Boletim Macrofiscal**. Brasília, 2021

CAMPOS, Dinah Martins de Souza. **Psicologia da adolescência**. Rio de Janeiro: Vozes, 1996.

Cano, C. & Morin, C. (2016). **O ensino da matemática pelo método algorítmico ABN no segundo ciclo da Educação Infantil**. Projeto de Conclusão de Curso para Professora de Educação Infantil. Universidade de La Laguna.

CRUZ, J. M. O. **Processo de ensino-aprendizagem na sociedade da informação: Educação & Sociedade**, Campinas, 2008.

FIGUEIREDO, Marcus Faria; FIGUEIREDO, Argelina Maria Cheibub. **Avaliação política e avaliação de políticas: um quadro de referência teórica**. São Paulo: Instituto de Estudos Econômicos, Sociais e Políticos de São Paulo, 1986.

FIORENTINI, Dario et al. **Uma reflexão sobre o uso de materiais concretos e jogos no Ensino da Matemática**. Boletim da SBEM-SP, v. 4, n. 7, p. 5-10, 1990.

HÖFLING, Eloisa de. **Estado e políticas (públicas) sociais**. Cadernos Cedes, v. 21, p. 30-41, 2001.

KELLER-FRANCO, E.; MASSETO, M. T. **Currículo por projetos no ensino superior: desdobramentos para a inovação e qualidade na docência**. Revista Triângulo, v. 5, n. 2, p. 3-21, 2012.

PACHECO, Eliezer. **Fundamentos político-pedagógicos dos Institutos Federais diretrizes para uma educação profissional e tecnológica transformadora**. 2015.

SANTOS, **PORTARIA Nº 97 /2022-** SEDUC DE 18 DE NOVEMBRO DE 2022

SANTOS, **PORTARIA Nº 11 /2022-** SEDUC DE 8 DE FEVEREIRO DE 2022

SANTOS, **PORTARIA Nº 43 /2021-** SEDUC DE 26 DE ABRIL DE 2021

SANTOS, **PORTARIA Nº 48/2018** SEDUC DE 3 DE ABRIL DE 2018

SANTOS, **PORTARIA Nº 82/2015-** SEDUC DE 23 DE DEZEMBRO DE 2015

VIEIRA, Sofia Lerche *et al.* **Política educacional e poder local em pequenos municípios**³⁶. Educação e território, p. 85, 2013.



Autoras

Isabela Maria Fontes de Andrade Freitas

Mestranda em Educação pela Universidade Metropolitana de Santos, especialista em Magistério Superior - UNIFACEAR (2018), possui graduação em Pedagogia - DON DOMENICO (2019) e graduação em Engenharia pela FUNDACAO EDUCACIONAL INACIANA PADRE SABOIA DE MEDEIROS (2015). Atualmente é professora tutora da Universidade Santa Cecília e professora na Prefeitura Municipal de Santos.

Luciana Reis Hidalgo

Graduada em letras pela faculdade Domênico (2006) pedagoga, pós graduada em Psicopedagogia e Educação inclusiva pela faculdade São Luís, mestranda em educação pela Universidade metropolitana de São Paulo- Unimes, atuo como professora nas prefeituras municipais de Santos e Guarujá.

Simone Rezende da Silva

Graduada em Geografia pela Universidade de São Paulo (2000), mestre em Geografia Humana (2004), doutora em Geografia Física (2008), pós-doutora (2013) também pela Universidade de São Paulo. Tem experiência em Ensino de Geografia, Formação de professores, Biogeografia, atuando em temas como conservação da natureza, populações tradicionais, racismo e educação antirracista e educação inclusiva. Atualmente é professora permanente no Mestrado Profissional Práticas docentes no Ensino Fundamental da UNIMES.

Abigail Malavasi

Possui graduação em Psicologia pela Universidade de Mogi das Cruzes (1980), graduação em Pedagogia pela Universidade Nove de Julho (1984), mestrado em Educação (Psicologia da Educação) pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (1996) e doutorado em Educação pela Universidade Estadual de Campinas (2006). Foi diretora de escola do Governo do Estado de São Paulo de 1996 a julho de 2016. Atualmente é professora da graduação e do Mestrado Profissional Práticas Docentes no Ensino Fundamental da Universidade Metropolitana de Santos (UNIMES), bem como coordenadora do curso de Psicologia da mesma instituição. Coordenadora institucional do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID) da UNIMES a partir de setembro de 2022. Tem experiência na área de Educação, com ênfase em gestão educacional e formação de professores, atuando principalmente nos seguintes temas: didática, avaliação e currículo, psicologia da aprendizagem e do desenvolvimento, inclusão escolar, letramento, alfabetização e formação continuada de professores.

Trabalho recebido em: 10/07/2024

Aceito para publicação em: 17/11/2024